

O Jornal *O Metalúrgico* como fonte para uma história social “vista de baixo para cima”

The Periodical *O Metalúrgico* as Source for a “Bottom-Up” Social History

Resumo

Este artigo analisa as imensas possibilidades de construção de conhecimento sobre a história social, especialmente no que se refere ao trabalho, contidas em jornais sindicais e propõe algumas metodologias de pesquisa para uso dessas fontes. Os jornais sindicais apresentam uma grande riqueza quando comparados com a imprensa comercial e com a documentação produzida por agentes do Estado. Os jornais sindicais trazem o olhar hegemônico das diretorias dos sindicatos, mas também veiculam perspectivas de diferentes correntes presentes na categoria e de indivíduos específicos. Eles constituem assim um ponto de partida compensador para a construção do conhecimento da história social do trabalho.

Palavras-chave: imprensa sindical; Sindicato dos Metalúrgicos; Classe operária.

Abstract

This article analyzes the immense possibilities for the building of knowledge on social history, especially with regard to work, contained in trade union newspapers and proposes some research methodologies to be used with them. The union periodicals are a very rich source when compared to the commercial press and the documentation produced by agents of the State. The union periodicals show the hegemonic view of the union directorates, but they also convey perspectives of the different currents present in the category and of specific individuals. They constitute thus a compensatory starting point for the construction of the knowledge of the social history of work.

Keywords: Trade union press; Metalworkers' Union; Working class.

A imprensa sindical constitui fonte preciosa para estudos da história social¹. Sindicatos de trabalhadores são instituições complexas e exercem funções de representação e mediação entre categoria socioeconômica e Estado; entre categoria, classe

1 Esta pesquisa é feita no âmbito de um Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Linha de Pesquisa História Social do Trabalho.

trabalhadora e sociedade; entre diversos segmentos e frações políticas da própria categoria e da classe. A imprensa sindical desempenha um papel multifuncional nesse processo, veiculando o projeto da diretoria do Sindicato e da coalizão que a sustenta, mas também dando voz a atores que constituem o público-alvo do projeto, ou que detêm legitimidade para falar pelas páginas do jornal. A imprensa sindical informa a categoria, mas também a forma. Fala em seu nome interpelando empresários, políticos e governantes, mas também é interpelada por trabalhadores e trabalhadoras que enviam suas cartas, notas e denúncias à Redação. Portanto, a elaboração de uma perspectiva dos processos sociais diferente da veiculada por fontes produzidas por órgãos do Estado, organizações políticas (com seus discursos doutrinários fechados em uma coerência formal), ou pela imprensa comercial (invariavelmente veiculando o ponto de vista de distintas frações da classe dominante) passa, necessariamente, por um estudo minucioso da imprensa sindical e operária.

Este artigo desenvolve um exercício de análise do jornal do sindicato da mais importante categoria de trabalhadores de São Paulo dos anos 1950 a 80, *O Metalúrgico*, editado desde 1942 pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Mecânico e Elétrico de São Paulo, o STIMMME, ou simplesmente, Sindicato dos Metalúrgicos. A investigação opera, para fins didáticos, um recorte cronológico de janeiro de 1950 a janeiro de 1954, período em que a entidade foi dirigida por três coalizões diferentes e o país e a cidade passavam por intensas mudanças políticas, sociais e econômicas. Assim, espera-se demonstrar a riqueza de possibilidades de análise abertas pela pesquisa com este tipo de fonte.

1 Classe, imprensa operária e discurso: conceitos e método

Algumas considerações sobre os conceitos de *imprensa operária*, *classe operária* e *discurso* se fazem necessárias, bem como a apresentação de certos cuidados metodológicos. Segundo Maria Nazareth Ferreira, pode-se classificar como imprensa operária aquela que, do ponto de vista do emissor, é produzida por operários ou aquela que tem como receptor prioritariamente o público operário ou, finalmente, ainda, aquela que, quanto a sua mensagem, tem como temática básica os problemas da classe operária.² Ao trabalharmos com imprensa operária como objeto de estudo, obviamente estamos lidando com discurso, com o que Ângela de Castro Gomes qualifica como a “palavra operária”. Se a classe operária é tanto um “fato” da história econômica quanto da história política e cultural, a elaboração do discurso operário terá de ser considerada como dimensão constitutiva da formação da identidade de classe e da própria classe como sujeito coletivo. Segundo Gomes: “Tal discurso lida com certos elementos básicos que demarcam o lugar do trabalhador no mundo da produção, na sociedade em geral e frente à política nacional em especial. Estes elementos envolvem toda uma ética do trabalho e de valorização da figura do trabalhador, além de situar a questão de suas formas de organização profissional e política”.³ Assim, pode-se considerar que *O Metalúrgico* é um órgão da imprensa operária tanto do ponto de vista do emissor, como do receptor e do conteúdo. Todos estes componentes do processo comunicativo devem ser qualificados especificamente, como tentaremos fazer em seguida. Também cabe discernir, no discurso sindical, as três funções apontadas por Gomes: construção da identidade coletiva do trabalhador; afirmação de seu lugar na produção, na política e na sociedade e organização profissional e política.

2 Maria Nazareth Ferreira. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988, p. 5.

3 Ângela de Castro Gomes. *A invenção do trabalho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 3.

Algumas outras advertências metodológicas relevantes são apresentadas por Vieira, Peixoto e Khoury. No projeto *Imprensa e Sociedade*, desenvolvido na disciplina Pesquisa Histórica, na PUC-SP, nos anos 1980, as autoras construíram um modelo de análise crítica do discurso que apresenta como uma de suas operações a identificação *de quem fala, como fala, para quem fala, de quem fala e por quem fala*.⁴ Para o exercício a ser desenvolvido neste artigo, bastará identificarmos *quem fala* (nos termos de Ferreira, quem é o emissor do discurso veiculado em *O Metalúrgico*), *para quem fala* (o destinatário) e *como fala*. A forma como o discurso é organizado e apresentado, por sua vez, veicula um conteúdo determinado. Ainda segundo as autoras, este conteúdo comporta uma representação do real (um diagnóstico da situação), um projeto social e uma proposição de caminhos “para se chegar lá”.⁵

Ainda com relação à caracterização do emissor do discurso da imprensa sindical, é importante registrar as considerações de Barbara Weinstein:

O tom e a ideologia sofreram uma mudança radical, sobretudo nas décadas de 1940 e 1950, com as mudanças nas lideranças dessas organizações. Durante o período em que os pelegos detiveram o controle, um jornal sindical tinha que expressar ideias conservadoras, numa perspectiva de colaboração de classes, ao passo que sob uma direção mais autônoma tendiam a assumir uma postura mais crítica. Ao mesmo tempo os jornais sindicais não eram órgãos partidários e publicavam artigos com opiniões muito contrastantes. E temos poucos meios para determinar que posições encontravam mais ressonância entre as “bases”.⁶

Temos, assim, um conjunto de referências conceituais e metodológicas para explorar *O Metalúrgico* como fonte para o estudo da história social do trabalho. Algumas informações iniciais sobre o jornal se fazem necessárias. Citando Edgar Carone, Ferreira informa que as oposições à diretoria “getulista” do Sindicato teriam aprovado em assembleia a criação de um jornal em 1935.⁷ No próprio jornal, porém, o ano apresentado como de sua fundação é 1942.⁸ A tiragem, em abril de 1952, era de 9 mil exemplares, para uma categoria de 90 mil metalúrgicos,⁹ com 23 mil sindicalizados. Sua periodicidade era mensal, com oito a dezesseis páginas, em formato *standard*.

Ainda quanto a sua forma, *O Metalúrgico* apresentava poucas ilustrações, raramente fotografias, e estava organizado com algumas colunas regulares, destacando-se: *Opinião Alheia*, assinada por Nortur (provavelmente um pseudônimo), era ocupada no começo dos anos 50 para apresentar denúncias mais duras contra as empresas e as autoridades da Delegacia Regional do Trabalho ou do Judiciário; *Orientação trabalhista*, assinada pelo presidente Mário Sobral, trazia informações e recomendações relativas aos direitos trabalhistas; *Preceitos do Dia*, subscrita com as iniciais ou a sigla SNES, foi mantida até o final de 1952 e visava disciplinar e moralizar os metalúrgicos e metalúrgicas; *O Metalúrgico Social*, dava espaço a poemas e reflexões sobre temas como o Dia das Mães ou a Páscoa; *Aniversários*, noticiava e parabenizava os aniversariantes do mês; *Martelando*, firmada por Adoldinor, talvez um pseudônimo, divulgava denúncias sobre condições de trabalho entre outras.

4 Maria do Pilar de Araújo Vieira; Maria do Rosário da Cunha Peixoto; Yara Maria Aun Khoury. *A pesquisa histórica*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2000, p. 56.

5 Idem, p. 54.

6 Barbara Weinstein. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/CDAPH-IFAN-Universidade São Francisco, 2000, p. 213

7 Maria Nazareth Ferreira. *Imprensa operária*, op. cit., p. 39.

8 *O Metalúrgico*, n. 90 (set. /out. 1950), p. 1; *O Metalúrgico* n. 112 (set. 1952), p. 1.

9 Maria Helena Simões Paes. *O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. FFLCH, USP, 1979, p. 139

2 O emissor e o receptor: quem fala pelos metalúrgicos, quem lê O Metalúrgico

A primeira pergunta relevante – quem é o emissor do discurso veiculado no jornal? *Quem fala* em nome dos metalúrgicos de São Paulo? – exige uma resposta desdobrada em três:

1) O jornal veicula um discurso hegemônico, o da Diretoria do Sindicato. No período delimitado para este estudo, a agremiação foi liderada por três coalizões diferentes: até março de 1951 o presidente Mario Sobral representou os chamados “ministerialistas”, também conhecidos como “pelegos”, oriundos das equipes de interventores respaldados pelo Estado Novo e pelo governo Dutra. Segundo Wolf, tratava-se de “um tipo de pelegos que se fortaleceu dirigindo sindicatos fechados e com poucos associados, mantendo ligações mais íntimas com empresários e governo do que com sua base”.¹⁰ No biênio 1951/1952, esteve no comando Joaquim Ferreira, liderando uma frente entre ministerialistas e membros da oposição à diretoria anterior,¹¹ destacando-se entre estes últimos Remo Forli como Segundo Tesoureiro, filiado ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), que lideraria os metalúrgicos nas greves dos 300 mil em 1953 e dos 400 mil em 1957. Finalmente, a partir de março de 1953, se formaria a composição que comandaria os destinos do Sindicato até o golpe de 1964: comunistas, socialistas e independentes, sob a presidência de Remo Forli, Fortunato Martinelli ou Afonso Delellis. O conteúdo do discurso hegemônico mudará com as mudanças de orientação política da coalizão, como se verá.

2) A “linha política” das diferentes diretorias, porém, era filtrada e ganhava forma pelas mãos do Departamento de Imprensa, que teve, dos anos 1950 a 1980, pelo menos, Adolpho Perchon como Diretor Responsável. Maria Nazareth Ferreira destaca que a imprensa sindical não é elaborada por militantes, mas por jornalistas profissionais, muitas vezes membros de um Departamento de Imprensa. Tensões na relação entre Redação do jornal e Diretoria do Sindicato podem ser entrevistas em algumas matérias publicadas. Em abril de 1951, um mês após a posse de Joaquim Ferreira, os redatores de *O Metalúrgico* protestaram contra o fato de que havia quase dez anos vinham sendo “amordaçado[s] pelos que exorbitavam de suas funções, submetendo este jornal dos trabalhadores metalúrgicos num saco de gatos [sic]”. A antiga diretoria era acusada de “cercear a liberdade de pensamento de todo aquele desejasse alertar contra dos desmandos dos lobos e pelegos sindicais”. A nova diretoria, ao contrário, teria comunicado à redação que “a supervisão da matéria a ser publicada em *O Metalúrgico* ficará a cargo do senhor Diretor responsável do mesmo” avaliando-se este gesto representar “pura democracia. Isto é de trabalhador para trabalhador...E estas são as palavras que esperamos quase um decênio para dizê-las!...”¹² Sob a gestão seguinte, coalizão de socialistas, comunistas e independentes, a liberdade do Diretor de Redação parece ter voltado a sofrer restrições. Em um “Aviso da Redação”, publicado em outubro de 1953, informa-se que as colaborações ao jornal teriam de receber autorização prévia da diretoria do Sindicato “que julgará a conveniência das respectivas publicações”, nas pessoas dos diretores Santo Rizzo e Waldemar Ferreira da Silva.¹³ É possível identificar até aqui, portanto, dois emissores (Diretoria do Sindicato e Redação do jornal) elaborando uma mesma linha discursiva, mas com interesses, compromissos, recursos de poder e talvez mesmo visões das funções do sindicato diferenciadas ou pelo menos nuançadas. Certamente a Diretoria dava a última palavra,

10 Joel Wolfe, *Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class (1900-1955)*, Duke University Press, 1993, p. 144 (tradução Murilo Leal).

11 Maria Helena Simões Paes. *O Sindacado*, op. cit., p. 177

12 “Um gesto democrático”, *O Metalúrgico*, n. 95 (abr. 1951), p. 7.

13 “Aviso da Redação”, *O Metalúrgico* n. 125 (out. 1953), p. 1.

mas a Redação, e particularmente seu longo Diretor Responsável, exerciam influência própria. Apenas uma pesquisa sobre quem foi Adolpho Perchon, quem integrava a equipe de redatores em diferentes momentos e como funcionava o diálogo com a diretoria será capaz de jogar luz sobre as sutilezas desta relação.

3) Finalmente, pode-se dizer que o jornal sindical é uma fonte “polifônica”, já que encontramos em seus artigos, além do timbre hegemônico, ecos de diferentes sujeitos, desde os *Círculos Operários Católicos*, organização anticomunista da Igreja, até o *Movimento de Orientação Sindical*, dirigido pelos socialistas representados por Paul Singer, lutando contra a estrutura sindical estadonovista. Um mapeamento completo de todas estas vozes exigiria uma pesquisa específica sobre a autoria de cada artigo assinado, o que talvez não seja factível, restando-nos apresentar agora apenas algumas pistas.

Nas edições dos anos 1950, portanto sob a presidência de Mario Sobral, alguns artigos são assinados por nomes aparentemente não pertencentes à categoria, o que se deduz por sua ausência em outras fontes (relação de diretores, atas de assembleias gerais e de reuniões de diretoria) e pelo teor de seu discurso. Dentre os mesmos destacam-se Cíndia Pedraz Forgado e Aurora Saraiva. A primeira publica poemas patrióticos (*No altar da pátria*¹⁴), artigos sobre o divórcio,¹⁵ contra as greves e pela paz,¹⁶ condenando manifestações de hostilidade de operários em relação a patrões.¹⁷ Saraiva, escreve também sobre o divórcio¹⁸ e condena o analfabetismo e a ignorância dos operários.¹⁹ O teor destes escritos será analisado no próximo tópico. Basta observar agora que uma hipótese sobre sua origem é que sejam pessoas vinculadas à “vanguarda industrial” organizada na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), no Serviço Social da Indústria (SESI), no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e no Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).²⁰ Parece pertencer ao mesmo grupo o Chefe do Departamento Médico do Sindicato, Dr. Antonio Cunha, que comparece assiduamente com arrazoados em defesa da educação psicológica e moral dos operários²¹ e do exame pré-nupcial dos cônjuges, entre outros.²²

Além dos artigos sem autoria identificada, que expressam o discurso hegemônico da Diretoria, são notadas as assinaturas de diretores em textos que, provavelmente, veiculam pontos de vista mais pessoais. No começo dos anos 1950, subscrevem artigos, entre outros, o Presidente Mário Sobral, sobre questões trabalhistas; o Secretário Geral José Maia Ribeiro, o Segundo Secretário Aldo Lombardi. À medida em que vão sendo eleitas novas diretorias, aparecem outros nomes, como os dos comunistas Eugênio Chemp e do vice-presidente José de Araújo Plácido e dos socialistas Remo Forli e Paul Singer.

É possível identificar, ainda, outro emissor: operários e operárias que enviam cartas com seus nomes e números de matrícula no sindicato e manifestam pontos de vista destoantes, no conteúdo ou na forma, das vozes anteriormente apresentadas. Não é “a base” irrompendo nas páginas do sindicato e reverberando sua própria voz, mas é aquilo que pôde emergir de outro “lugar de fala”

14 *O Metalúrgico*, n. 84 (jan. 1950), p. 2.

15 “Ainda o divórcio”, *O Metalúrgico* n. 84 (jan. 1950), p. 2

16 “Justiça”, *O Metalúrgico* n. 88 (jun. 1950), p. 2.

17 “Exame de consciência”, *O Metalúrgico* n. 92 (dez. 1950), p. 9.

18 *O Metalúrgico*, n. 84 (jan. 1950), p. 2.

19 “A educação e o lar”, *O Metalúrgico* n. 85 (fev. 1950), p. 4.

20 Barbara Weinstein. (Re)Formação da classe, op. cit., p. 187.

21 “Operário, alma simples e boa”, *O Metalúrgico* n. 86 (mar. 1950), p. 6.

22 “Exame pré-nupcial”, *O Metalúrgico* n. 92 (dez. 1950), p. 6.

que não a Diretoria, o Departamento de Imprensa ou as correntes vinculadas a organizações atuantes no Sindicato. É importante considerar que a legitimação do jornal se fazia, também, pela contribuição de associados, como se constata com a leitura de uma nota publicada na edição de dezembro de 1950:

O Metalúrgico apela aqui aos metalúrgicos sindicalizados ou não, aos trabalhadores de outras categorias e aos seus leitores em geral, para que enviem colaborações e promovam o incremento de escreverem em artigos as suas queixas, dificuldades e injustiças.

O Metalúrgico insiste, como de há muito, para que sejam enviadas mais colaborações, pois atravessamos um momento em que devemos gritar bem alto as nossas reivindicações e as injustiças cometidas.

Aceitamos toda e qualquer espécie de críticas favoráveis ou não a quem quer que seja, bastando serem cunhadas de veracidade, honestidades e sem paixões.²³

O texto acima nos oferece algumas pistas sobre o público leitor do jornal, tema com o qual encerramos este tópico. Verifica-se que o apelo volta-se para “metalúrgicos, sindicalizados ou não”, “trabalhadores de outras categorias” e “leitores em geral”. Pode-se inferir uma escala decrescente de círculos de interesse, partindo de um núcleo principal formado pelos metalúrgicos e metalúrgicas sindicalizados(as), que seriam 8.750 na Capital e 1.188 no Interior em 1949. A tiragem do jornal nesse momento não visava atingir o conjunto dos sindicalizados, ficando em 8 mil exemplares.²⁴ Em abril de 1952, a tiragem subira para 9 mil exemplares²⁵ para 23 mil sócios²⁶ em uma categoria de cerca de 100 mil operários.²⁷ No período em estudo, conclui-se que o jornal circula entre cerca de 40% dos sindicalizados e 9% da categoria metalúrgica, além de, provavelmente, diretores sindicais ou militantes de outros sindicatos. Podemos deduzir que regularmente o jornal era lido por uma parte mais politizada, informada e participante dos metalúrgicos.

3 O conteúdo: projeto social e o lugar do trabalhador

A representação do real e o projeto social defendido nas páginas de *O Metalúrgico* constituem o conteúdo de maior interesse para os estudos de história social e especialmente para a história social do trabalho. Serão apresentadas sinteticamente, algumas temáticas possíveis de serem pesquisadas, mapeando possibilidades de trabalho com esta fonte. Seleccionamos as matérias referentes às funções básicas do sindicato, incluindo luta econômica, aplicação da legislação existente, criação de novas leis; visões de mundo e do lugar dos trabalhadores na sociedade; posicionamento face à política e às eleições e, finalmente, expressões de cultura operária.

23 “Atenção – Importante”, *O Metalúrgico* n. 92 (dez. 1950), p. 2.

24 “Relatório das principais ocorrências verificadas no ano de 1949, apresentado à assembleia do dia 24 de março de 1950 pela Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo”, *O Metalúrgico* n. 87-A (abr. 1950), p. 1.

25 “Relatório”, *O Metalúrgico* n.107-A (abr. 1952), p. 1.

26 “Ecos do Festival dos Metalúrgicos”, *O Metalúrgico* n. 107 (abr. 1952), p. 15.

27 “A verdade sobre a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo”, *O Metalúrgico* n. 129 (fev./mar. 1954), p. 1.

“Civilizando o Capital”, a luta faz a lei, a lei não se efetiva sem luta

Como observa Ferreira, “do ponto de vista do conteúdo, cabe assinalar a primazia do fator econômico sobre o político: o forte dos jornais são sempre as reivindicações econômicas, as campanhas salariais”.²⁸ Deve-se acrescentar que parte das conquistas “econômicas”, não apenas referentes a salários, mas a condições e trabalho e bem-estar do operário e sua família, teriam necessariamente de ser formalizadas em leis, o que as ligava indissolavelmente à luta política de natureza corporativa, ou seja, pela aprovação e implementação de leis impondo limites jurídico-institucionais à exploração capitalista. Este tipo de campanha é recorrente e predominante em todo o período analisado, conduzida, porém, com repertórios de significados e objetivos diferentes.

Uma dimensão da campanha econômico-jurídica caracterizava-se por sua natureza informativa e formativa e visava a orientar o trabalhador quanto aos direitos na legislação vigente. Neste rol, podem ser citadas a divulgação de alterações em artigos da Lei de Férias de 1943;²⁹ a obrigatoriedade, estabelecida pelo artigo 169 da CLT de empresas com mais de 200 funcionários disporem de refeitório;³⁰ a garantia, pela Lei 765 de junho de 1950, de registro de nascimento de maiores de 12 anos sem multa ou qualquer despesa e sem a apresentação de atestado de pobreza.³¹ Indo além da simples informação, a analogia da CLT com textos sagrados, apresentada a seguir, sugere a ideia da formação de um “operário novo” pela aquisição da “consciência jurídica” de seus direitos: para *Nortur*, responsável pela coluna “Opinião Alheia”, a CLT deveria ser “para o trabalhador brasileiro o que é a Bíblia para os cristãos, o que é o Alcorão para os muçulmanos (...) A CLT é um volume que em qualquer livraria se pode adquirir por um preço mínimo, e desperta grande visão ao trabalhador precavido”.³²

Outro lado da mesma campanha atacava o problema da regulamentação ou da efetiva aplicação da legislação. Um dos embates mais persistentes mirava a regulamentação do dispositivo da Constituição de 1946 tratando da participação nos lucros das empresas, matéria do Projeto de Lei 1039 de 1948. Segundo o jornal dos metalúrgicos:

Dizem os “sábios da escritura”, tudo depende de regulamentação, mas tal regulamentação não vem. Sabem por que tal regulamento não vem? Porque os nossos legisladores gostam de falar muito em banquetes, mas realizar que é bom, “néca”. Deixam que se use do que é denominado “estica-estica”, enquanto vai e vem, todo mundo fica contente e nós olhamos embaçados também.³³

Lutava-se, ainda, pela regulamentação do direito de greve, conforme Projeto de Lei em exame na Câmara Federal.³⁴

Almejando o efetivo respeito às leis trabalhistas, diversas iniciativas visavam um controle sindical sobre sua fiscalização e uma maior celeridade no funcionamento da Justiça do Trabalho. No primeiro aspecto, proposta posteriormente adotada por algum tempo pela Delegacia Regional do Trabalho, defendia a inspeção conjunta realizada por Inspetores do Trabalho e

28 Maria Nazareth Ferreira. *Imprensa operária*, op. cit., p. 59.

29 “Ministério do Trabalho, Lei de Férias”, *O Metalúrgico* n. 84 (jan. 1950), p. 1.

30 José Maia Ribeiro. “Fazer menos leis e cumprir as que temos”, *O Metalúrgico* n. 102 (nov. 1951), p. 8.

31 Ivanhoé Nóbrega Salles. “Registro de nascimento sem multa”. *O Metalúrgico* n. 90 (set./out. 1950), p. 14.

32 Nortur. “Opinião Alheia”, *O Metalúrgico* n. 121 (jun. 1953), p. 6.

33 “Participação nos lucros”, *O Metalúrgico* n. 105 (fev. 1952), p. 5.

34 “Sofrerá nova regulamentação o direito de greve no Brasil – Texto do Projeto que transita pela Câmara Federal”, *O Metalúrgico* n. 116 (jan. 1953), p. 6.

representantes sindicais: “Ninguém ignora que a Consolidação das Leis do Trabalho do Brasil seja incontestavelmente uma das mais perfeitas obras sobre a legislação trabalhista”, o problema é que “a sua aplicação é enormemente descuidada a tal ponto que a maioria dos empregadores dela bem pouca conta fazem”. A fiscalização conjunta “além da diminuição do trabalho fiscalizativo, virão ajudar que se cumpra a palavra de ordem de sua Excia. Sr. Dr. Getúlio Vargas que é a de: SINDICALIZEM-SE EM MASSA”.³⁵ É de se notar aqui, além da defesa de um “controle operário” sobre a legislação trabalhista criada na vigência do Estado Novo, a “apropriação” do discurso do próprio Presidente da República para legitimar a demanda.

Uma terceira frente de luta no campo econômico/ jurídico/ político visava a aprovação de novas leis, a ampliação, portanto, dos direitos do trabalho, ou a revogação de leis consideradas injustas. Uma das campanhas mais persistentes mirando a transformação de um “benefício” em direito e sua generalização para toda a classe, deu-se pela transformação do “abono de Natal” em lei, finalmente vitoriosa em 1962, com a criação do 13º salário. No período coberto por esta pesquisa, encontramos, por exemplo, o presidente Mário Sobral dirigindo telegrama a autoridades do Executivo e Legislativo com uma argumentação em que os valores da harmonia social são mobilizados para arrancar direitos: “O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo roga Vossencia apoio projeto 25/10 que muito virá beneficiar a democracia combatendo o extremismo, pois filhos dos trabalhadores terão um pouco de felicidade e não serão estes uns revoltados. Cordiais saudações, Mario Sobral – Presidente”.³⁶

Neste tópico, referente à ampliação dos direitos do trabalho, devem ser mencionadas as campanhas pela aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social,³⁷ pela Semana Inglesa (48 horas de trabalho em cinco dias).³⁸

Acreditamos poder-se afirmar, com base no que foi apresentado até aqui, que a outorga da CLT em 1943 não deve ter sido recebida pelos trabalhadores como uma dádiva, ou pelo menos não pelos setores organizados sindicalmente ou próximos da entidade da categoria, já que o eventual gozo dos direitos nela formalizados exigia uma intensa atividade para seu conhecimento, publicidade, fiscalização e regulamentação. O discurso da dádiva e da gratidão muitas vezes fazia parte de um rito, de uma encenação que não eliminava, ao contrário, preparava uma outra via, de mobilização, luta e conquista. A legislação trabalhista não promoveu a harmonia entre as classes, como era intenção de seus mentores, mas delimitou um campo, não o único, em que a luta de classes transcorreu no período.

É importante notar, ainda, que a frente de atuação econômico/jurídico/política, obrigatória para quem quer que estivesse à cabeça de uma entidade sindical, era trabalhada com discursos, propósitos e valores diferenciados, a depender do projeto de cada coalizão. É o que veremos a seguir.

Visões de mundo

É possível distinguir três “visões de mundo” hegemônicas no jornal, expostas pelas coalizões dominantes na sequência dos períodos 1950 a 51; 1951 a 53 e 1953 a 54, mas também aparecendo simultaneamente em cada um desses momentos. No primeiro período, sob a direção de Mário

35 José Maia Ribeiro. *O Metalúrgico* n. 100 (set. 1951), p. 12.

36 “O Abono de Natal – novamente empenhada a Diretoria do nosso Sindicato para a concessão obrigatória desse benefício”, *O Metalúrgico* n. 90 (set/out. 1950), p. 16.

37 “Será incluída na Lei de Previdência Social a aposentadoria ordinária”, *O Metalúrgico* n. 114 (nov. 1952), p. 9.

38 “Direito de cruzar os braços diante das máquinas paradas”, *O Metalúrgico* n. 112 (set. 1952), p. 4.

Sobral, destaca-se um discurso reverente face às autoridades, suplicante em relação aos patrões e educador/disciplinador para com os(as) operários(as). Vejamos alguns exemplos.

Ao comparar a retórica das lideranças populistas e empresariais a respeito dos direitos dos trabalhadores a melhores salários, mais escolas e serviços públicos melhores, Weinstein ressalta que para os dirigentes de entidades como SESI e SENAI, a conquista desses benefícios funcionaria apenas como solução parcial para os problemas operários, “dada a falta de cultura adequada, de higiene, e de motivação que caracterizava o operário brasileiro, e também a desorganização em que se encontrava a média das famílias da classe trabalhadora”.³⁹ É exatamente este discurso que encontramos, de forma eloquente, em artigos como “A educação e o lar”, de Aurora Saraiva. Proclama a autora ser o analfabetismo “sem contestação, o pior mal do Brasil”. Defeitos morais e mesmo físicos seriam “resultado de uma educação insuficiente, de uma vida fundamentada na ignorância que faz de grande parte de nossa gente pessoas incapazes de raciocinar. Limitam-se a imitar e obedecer”. Não escapam ao crivo da pregadora os “sambas achincalhantes [que] enaltecem a vadiagem e a perversidade”. A infância estaria “desabrochando numa vida onde a falta de bons sentimentos impera. Moral e respeito não se conhecem (isto exemplificado até pelos nossos representantes no governo)”. A educação feminina, cursos especializados de puericultura, noções básicas sobre higiene, alimentação e nutrição “seriam o ideal para se evitar a calamidade que se vai ampliando assustadoramente”.⁴⁰

Em diapasão semelhante vão os artigos da coluna “Preceitos do Dia”, mantida até novembro de 1952, verdadeiro alto-falante de uma campanha higienista contra a cultura e os hábitos operários. Ora atacava-se a vida sedentária (“O repouso depois das horas de trabalho é indispensável. Mas não é descanso que precisam os que se dedicam às ocupações sedentárias e monótonas, em vez de repouso, devem procurar recreações que exijam movimento e atividade”⁴¹); ora os hábitos alimentares eram condenados (“Pastéis, empadas e outras guloseimas de confeitaria são de difícil digestão e custam dinheiro demais para o valor nutritivo que têm (...) Quando tiver de fazer uma refeição ligeira, tome um copo de leite ou coma uma fruta substanciosa”⁴²). O leitor operário podia, ainda, ser chamado a banhar-se com água fria (“Os banhos frios têm, como principal efeito, diminuir o calor do corpo. Provocam agradável reação da pele, ativam a circulação do sangue e estimulam o sistema nervoso”⁴³) e, claro, a parar de beber (“As bebidas alcoólicas não mitigam a sede e intoxicam o organismo (...) Para matar a sede use água, leite, sucos de fruta - tamarindo, laranja, abacaxi etc.”⁴⁴).

O “problema”, portanto, era o(a) próprio(a) operário(a). Coerentemente, os representantes sindicais manifestavam gratidão para com o Governo, humildade com os patrões e empenho na defesa da harmonia social, ao invés da luta.

Os elogios às autoridades eram frequentes. No início de 1950, a Diretoria do Sindicato informa ter recebido Cr\$ 2.870,00 do Ministério do Trabalho para dividir entre os filhos dos associados nas festas do final do ano. Como o mimo chegara atrasado, resolveu-se distribuí-lo equanimemente em depósitos em cadernetas de poupança para os destinatários.⁴⁵ Luciano Vieira, contemplado com

39 Barbara Weinstein. *(Re)Formação da classe*, op. cit., p. 241.

40 Aurora Saraiva. “A educação e o lar”, *O Metalúrgico* n. 85 (fev. 1950), p. 4.

41 “Preceito do dia – Vida sedentária”, *O Metalúrgico* n. 91 (nov. 1950), p. 7.

42 “Preceito do dia – Boa troca”, *O Metalúrgico* n. 93 (jan. 1951), p. 7.

43 “Preceito do dia – Banhos frios”, *O Metalúrgico* n. 94 (fev./mar. 1951), p. 9.

44 “Preceito do dia – Sede e bebidas alcoólicas”, *Metalúrgico* n. 95 (abr. 1951), p. 2.

45 “Comunicado”, *Metalúrgico* n. 85 (fev. 1950), p. 1.

o benefício, criticou os colegas que não se interessaram em enviar ao sindicato as certidões de nascimento das crianças com menos de 14 anos e manifestou júbilo: "Guardarei como uma das mais preciosas lições de humanidade as palavras escritas no cartão do Ministério do Trabalho...".⁴⁶

As audiências de conciliação revelam, por sua vez, outro forte componente da representação hegemônica da realidade no período da gestão do presidente Mário Sobral, associado aos valores da "harmonia social". Esclarecendo sobre a importância das audiências de conciliação, o Relatório da Diretoria sobre as atividades do ano de 1949 ressalta que a entidade

(...) vem colaborando eficientemente com a Justiça do Trabalho, evitando ajuizamentos em massa de reclamações, oferecendo a tais processos os acordos pré-judiciais, como também dando aos dispositivos legais a sua melhor aplicação, ou seja, aproximação entre o capital e o trabalho, afastando os desentendimentos entre empregadores e empregados.⁴⁷

Nessa fase da vida do sindicato, as denúncias e reivindicações mais abertas ficavam reservadas para algumas matérias, como as apresentadas na já mencionada coluna "Opinião Alheia". O fato de assuntos deste teor serem tratados restritamente em coluna com tal título ambíguo e sem autoria definida é revelador da cautela com que o discurso hegemônico incorporava as questões urgentes do mundo do trabalho. Em sua coluna de janeiro de 1950, Nortur denuncia; "Conheço várias indústrias com número superior de duzentos operários, não havendo nas mesmas armários para $\frac{1}{4}$ do exigível, não havendo água e muito menos torneiras, de igual modo mictórios e tão pouco um recinto apropriado para esquentar as marmitas dos operários".⁴⁸

Passemos adiante e observemos as mudanças abertas com a posse da Diretoria presidida com Joaquim Ferreira, composta, como visto, por "ministerialistas" e membros da oposição. Pode-se dizer que o tom do discurso hegemônico, antes reverente frente às autoridades, passa a ser mais crítico e mais ativo na exploração das brechas e contradições das falas oficiais, visando a um fortalecimento da posição operária. Com relação aos patrões, o tom reivindicativo também sobe, sem chegar à ameaça de greve ou mobilização e, com relação à classe, há um despertar de atenção para a importância da sindicalização, do fortalecimento da entidade sindical representativa e não tutelada, mas não chamados à união dos trabalhadores, à consciência de classe contra classe, o que só veremos depois de 1953.

Ao invés dos rasgados elogios ao Ministro do Trabalho e outras autoridades, começam a surgir cobranças e críticas, inclusive diretamente a Getúlio Vargas, referindo-se, por exemplo aos termos do "pacto" que o presidente tentava estabelecer com os trabalhadores desde a campanha eleitoral de 1950. Havia sido feita a promessa "de entrega da direção dos institutos e caixas de aposentadoria e pensões aos trabalhadores", porém os nomes apresentados pelas organizações sindicais vinham sendo preteridos em favor de outros, também trabalhadores, mas desconhecidos das categorias, concluindo-se que

A direção dos institutos e caixas de aposentadoria e pensões serão entregues a trabalhadores, de acordo com a promessa do presidente, mas não a trabalhadores indicados por trabalhadores, mas escolhidos por S. Exca. Isto nos faz lembrar aquela história de Abu-Becker contada por Wells: o

46 "Gestos que ficam!", *Metalúrgico* n. 89 (jul./ago. 1950), p. 13

47 Idem.

48 Nortur. "Opinião Alheia", *O Metalúrgico* n. 84 (jan. 1950), p. 8.

sucessor de Maomé, com as conquistas que empreendeu, queria tudo para o Islã; no Islã, exatamente para Medina e em Medina, precisamente para ele.⁴⁹

Um artigo de José Maia Ribeiro, liderança ligada aos “ministerialistas”, Secretário Geral do Sindicato na gestão de Joaquim Ferreira e cabeça de chapa contra a coalizão PCB-PSB em 1953 e 1955, é sugestivo do novo discurso, crítico, denunciativo e defensor do fortalecimento dos sindicatos. O texto, de dezembro de 1952, parece querer fazer o balanço de um ano crítico:

O cidadão perplexo, esbaforido, de olhos esbugalhados, pergunta: nesta terra há governo? E todos, a um tempo, respondem: Sim...e por excelência bem organizado...Outros porém, com maior presença de espírito (...) respondem: temos dois governos, ambos na Capital Federal.

Um primeiro, tem assento no Palácio do Catete, e outro, o segundo, com assento na Confederação Nacional do Comércio.

(...)

Até quando esperaremos confiantes nas promessas?

Até quando seremos meros joguetes na mão do capital assassino e cruel?

Diante dessa situação, frente a esse estado de coisas que com sua perplexidade proposital denigre e amortece as classes, só há uma saída. Uma única.

O trabalhador fazer uso da sua própria razão.

Fazer valer o seu direito diante da Justiça, custe o que custar.

O autor conclui que o direito seria reconhecido apenas quando os sindicatos fossem fortes.⁵⁰

Finalmente, ainda no tópico das “visões de mundo”, com a posse da Diretoria capitaneada por Remo Forli (socialista) José de Araújo Plácido (comunista), no começo de março de 1953, o discurso hegemônico passa a caracterizar-se por um tom de independência, denúncia e crítica às autoridades, reivindicações frente aos patrões e por chamados à categoria de mobilização em torno do sindicato e, com menor insistência, nos locais de trabalho.

A posse da nova Diretoria coincide com a Greve dos 300 Mil e com o começo de uma nova fase das lutas operárias, que se reflete em uma guinada no discurso predominante no jornal. É possível percebê-lo em matérias como a assinada pelo pseudônimo “47”, na coluna *Metalúrgico Social* intitulada “Governo-Política-Fome”:

Por que seremos nós os eternos bodes expiatórios quando há muitos e muitos vagabundos e parasitas que merecem uma lição idêntica àquela que no século passado a França deu ao mundo?

Atenção senhores dos mais altos poderes...aqui em baixo o suor e lágrimas podem e já estão minando alicerces de uma falsa paz social que não pode existir faltando arroz e feijão ao trabalhador.⁵¹

A afirmação de independência fica patente em uma série de artigos, dentre eles um que critica o atrelamento das federações e confederações ao governo. Haveria uma “onda sindicalista em que se sobressaem verdadeiros líderes que procuram a luta, as reivindicações, desprezando, felizmente

49 Adriano Champanhole. “Notícias Trabalhistas – O novo presidente do IAPI”, *O Metalúrgico* n. 108 (maio 1952), p. 9.

50 José Maia Ribeiro. “Dois governos para um povo”, *O Metalúrgico* n. 115 (dez. 1952), p. 3.

51 “O Metalúrgico Social – Governo – Política – Fome (aos meus prováveis leitores, me desculpem por esse desabafo). *O Metalúrgico* n. 118 (mar. 1953), p. 5.

os favores proporcionados pelos cofres do Imposto Sindical". O mesmo não aconteceria, porém, com as federações e confederações, cujos dirigentes estariam "burocratizados", predominando nelas não a massa "mas sim os profissionais do sindicalismo". Conclui o artigo:

Os trabalhadores desta Capital estão caminhando para a maturidade. Já sabem protestar contra o descaso das autoridades. Criticam o Presidente da República e o Ministro do Trabalho. Deixaram de homenagear os homens do Setor Trabalhista da Polícia Política e não temem mais as ameaças quando tencionam arranjar mais dinheiro para viver.⁵²

Os operários, por sua vez, passam a ser apresentados como seres sacrificados pela exploração, vítimas da carestia, dignos de direitos. Avaliando os efeitos da Greve dos 300 Mil, José Maia Ribeiro ressalta a sobriedade do comportamento operário, até que a família se veja ameaçada pela fome, e lança um alerta às autoridades:

Diante da calamidade pública que avassala todos os setores da vida nacional, e muito notoriamente São Paulo, o estado líder da federação, a prudência proletária se fez presente até o momento em que a fome tabelou o arroz a Cr\$ 18,00, feijão a Cr\$ 16,00 e café a Cr\$ 39,00.

Aí, um só pensamento se fez representar para a grande vitória reinar: A UNIÃO PROLETÁRIA NACIONAL.

(...)

Afinal, uma pequena mostra da pujança e da união proletária foi tornada pública, resta agora que os poderes competentes compreendam que leis não encham barriga e a realeza dos fatos obriguem a ação.⁵³

O discurso reivindicativo volta-se mais contra o governo do que contra os patrões. Reclama-se medidas como o congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade, o reajuste do salário mínimo, que seria anunciado em maio, a fiscalização das leis trabalhista pela DRT com participação dos sindicalistas, ações contra os desvios das finalidades dos Institutos de Aposentadorias e Pensões. O discurso do embate com os patrões e da organização nos locais de trabalho não têm tanta ênfase. Mas é claro que a greve dos 300 mil visava a um reajuste salarial e uma das atividades importantes promovida pela Comissão de Estudos Econômicos por Aumento de Salários dos trabalhadores metalúrgicos foi a divulgação dos lucros das empresas referente ao ano de 1952, com o argumento de que "não há razão para que os industriais não dessem aumento de salários."⁵⁴

Confirma-se, desta forma, a qualidade da imprensa sindical como fonte importante para se reconstituir as mudanças no tempo das representações da coalizão dirigente do sindicato sobre o real. Indiretamente, estas representações não podem deixar de "dialogar" com os representados, embora muitas vezes esta relação seja muito mediada pelo "bloco" de interesses predominantes. Assim, o jornal fornece recursos para se pensar as mudanças nas visões de mundo hegemônicas veiculadas, relacioná-las a processos de câmbio na classe, na política, na sociedade.

52 "Fortalecem-se os Sindicatos Operários – Mas os órgãos superiores continuam na mesma", *O Metalúrgico* n. 122 (jul. 1953), p. 1.

53 José Maia Ribeiro. "Para a grande vitória reinar: a união proletária nacional", *O Metalúrgico* n. 119 (abr. 1953), p. 18.

54 "Não há razão para que os industriais não dessem aumento de salários", *O Metalúrgico* n. 119 (abr. 1953), p. 12.

A política eleitoral e partidária

A forma predominante de intervenção política do jornal no período analisado voltava-se, como vimos, para a aprovação de leis visando a garantia de direitos, bem como para obrigar os patrões a respeitá-las, pressionando os órgãos do Estado a assumir suas funções fiscalizadoras. Mas também se encontram nas páginas de *O Metalúrgico* referências mais específicas às eleições e à necessidade e importância da construção de uma representação política própria dos trabalhadores. Uma primeira aparição desta temática encontramos em artigo do já citado Dr. Antonio Cunha. Avaliando a derrota de líderes sindicais têxteis e metalúrgicos que haviam se candidatado à vereança em 1951, o Chefe do Departamento Médico defende a organização de uma Frente Popular Trabalhista. Esclarecendo sobre sua natureza e objetivos, pondera:

A Frente Popular Trabalhista, uma vez organizada, não será um partido político (...) será apenas uma força política organizada, com programa próprio, apta a ter seus melhores representantes em todos os setores da vida política nacional. Este "direito" de escolher será função do próprio trabalhador, que não se verá na obrigatoriedade de outorgá-lo a "estranhos ao seu meio".⁵⁵

É importante lembrar que, em abril de 1954, estimulados pela greve geral de 1953, lideranças de diversas categorias reuniram-se para lançar o Movimento Eleitoral dos Trabalhadores, em molde semelhante à proposta feita dois anos antes pelo Dr. Antônio Cunha, que com seu artigo, pronunciou-se em um importante debate em curso sobre as formas de representação político-eleitoral e político-partidária dos trabalhadores no período chamado "populista".

É sobre isto ainda que versa outro artigo, publicado em junho de 1952, tratando da formação do Partido Nacional Sindicalista. É importante lembrar que a via de participação política oferecida pelo governo aos trabalhadores era o PTB. Outras iniciativas visando a conquista do voto operário e popular, em articulação e/ou disputa com o trabalhismo, surgiram como dissidências, como o Partido Social Trabalhista (PST) de Hugo Borghi, ou com bases inicialmente regionais, como o adhemarismo e o janismo, configurando um campo complexo de alianças que podemos caracterizar como "populismo". É parcial o entendimento deste "campo político" sem considerarmos as tentativas de organização própria dos trabalhadores e de sua burocracia sindical, como é o caso em questão. *O Metalúrgico* anuncia que "Mais uma vez está São Paulo na dianteira com decisões, planos e programas no sentido de orientação sindical (...) Os líderes sindicais desta Capital estão se articulando no sentido de formarem um Partido Nacional Sindicalista". Os objetivos programáticos do Partido são estritamente corporativos, pois a agremiação visava cuidar "tão somente de pleitear aos trabalhadores a entrega dos institutos e ministérios que lhes são de direito". Pode-se vislumbrar, assim, por um lado, uma das formas de manifestação da consciência política dos trabalhadores, limitada por sua burocracia sindical. A força desta ideia, de colocar sindicalistas no governo como garantia de direitos para os trabalhadores, pode ser avaliada por sua permanência e persistência em outras conjunturas. Por outro lado, percebe-se também o quanto o trabalhismo e os populismos não contavam com o apoio e a fidelidade irrestrita dos sindicatos de trabalhadores, que tentavam fazer seu jogo próprio.

55 Dr. Antônio Cunha. "As eleições para vereador – a derrota dos líderes sindicais", *O Metalúrgico* n. 103 (dez. 1951), p. 13.

Traços de cultura operária

Considerando cultura como conjunto de valores e significados atribuídos a relações e práticas sociais, incorporados em artefatos, rituais e comportamentos, a imprensa sindical pode ser, também, fonte preciosa para a reconstrução de traços de manifestações culturais. O lugar dos trabalhadores no mundo define-se também pela imagem que a classe consegue construir de si mesma e projetar para a sociedade, em uma relação permanente de troca. Neste sentido, pode-se destacar como dimensões constitutivas da cultura operária a ideia da dignidade do trabalho manual e do trabalhador; a “ressignificação” de rituais, valores e práticas elaboradas pelas classes dominantes; a valorização da união e da vida coletiva.

Um exemplo do quanto a defesa da dignidade do trabalhador podia ser um tema candente encontramos na já mencionada coluna “Martelando”, assinada por Adoldinor. O conteúdo publicado em dezembro de 1952 refere-se ao controle, àquela altura já abalado, exercido pelos representantes da Delegacia Regional do Trabalho sobre as assembleias sindicais. No caso específico, o agente ameaçou anular a assembleia caso fosse realizada homenagem ao presidente Joaquim Teixeira, do Sindicato dos Têxteis, que falecera em acidente aéreo. Desafiando o burocrata, verberou um enfurecido Adoldinor:

Venha cá embaixo conosco esse senhor que nos ameaça de anular a nossa assembleia. Venha calejar a mão de encontro a vigas de aço que manejamos a vida toda. Venha suportar o calor de um forno de fundição, de uma forja, venha arriscar a perder os dedos numa prensa, venha saturar o corpo com raios ultra-violetas das soldas elétricas que tiram também a luz dos nossos olhos

(...)

E ahi [sic] sim!...Venha às nossas assembleias e sinta se há coragem de ir de encontro a todos esses sacrificados que só querem pão para si e para os seus, pão esse que comem regado com o suor de seus rostos.

São esses que mandam nas suas assembleias, tão somente para exigir o direito de viverem com dignidade, dando pão para os seus filhos

Joaquim Teixeira, estás vingado!⁵⁶

Entre as diversas formas de elaboração de uma consciência da condição de classe, uma “visão de mundo” operária, está sempre presente um movimento de “ressignificação” de valores, rituais ou discursos das classes dominantes a partir do ambiente e da vivência operária. Um exemplo encontramos na vibração ufanista despertada pelas comemorações dos IV Centenário de São Paulo. Na mesma edição do jornal, registra-se uma versão tradicional do sentimento da “paulistanidade”, em conformidade com as matérias veiculadas na mesma época por órgãos da imprensa burguesa, como O Estado de São Paulo e Folha da Manhã e sua “ressignificação” a partir da ótica do trabalhador metalúrgico. No primeiro caso, temos o artigo “Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo”:

Trazemos todos nós, paulistas, no coração, a mesma coragem e a vitalidade indestrutível dos nossos antepassados heroicos, bandeirantes destemidos que alargavam a boca das selvas, rompendo por caminhos que no futuro seriam a veia artéria deste gigantesco núcleo que hoje se chama São Paulo. Junto aos nossos bandeirantes, contamos também com o imigrante, esse generoso colaborador, que caldeou conosco a febre de crescer, de produzir e irmanar-se sob uma mesma bandeira, com um único desejo – o do progresso.⁵⁷

56 Adoldinor. “Martelando”, *O Metalúrgico* n. 115 (dez. 1952), p. 6.

57 “Glória imortal aos fundadores de São Paulo”, *O Metalúrgico* n. 128 (jan. 1954), p. 3

Em outro momento, sem abandonar a ênfase ufanista, o personagem principal da épica passa a ser o metalúrgico:

O ferro e o aço que corre líquido nas siderurgias é o sangue de São Paulo... Esses dínamos e motores são o coração de São Paulo... Os malhos e os marteletes são os nervos de São Paulo... e o trabalhador metalúrgico é a célula mater desse organismo que se chama São Paulo (...)

Ao lado desses trabalhadores metalúrgicos, abnegados soldados do trabalho, hombro a hombro (sic) marcha o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo.⁵⁸

Os valores da união e da solidariedade de classe aparecem com mais frequência a partir de 1953 e da Greve dos 300 Mil, sugerindo um processo de mudança cultural da identidade coletiva. No Primeiro de Maio, por exemplo, realizado no Hipódromo da Mooca, os oradores referem-se à data e ao recente movimento grevista, exaltando a unidade dos operários e o fortalecimento do sindicato: “Por fim, acentuaram que as comemorações do dia, depois de longos anos, no Brasil, eram realizadas livres da tutela ministerial e de organizações quase oficiais”.⁵⁹

Outra forma de tecer laços de união entre os metalúrgicos era promovendo a festa operária como forma de lazer. Aparentemente menos politizada, esta dimensão da cultura operária muitas vezes estava associada a objetivos políticos, como o “convescote metalúrgico”, realizado a 20 de dezembro de 1953, no Parque da Vila Galvão, com a finalidade de angariar fundos para o envio de um delegado ao Congresso Sindical Mundial. O encontro contou com “grandioso torneio de futebol entre clubes das indústrias metalúrgicas” (vencido pela equipe do Esporte Clube Ford Motor) como também com Concurso da Rainha dos Metalúrgicos, conquistado por Maria Aparecida, da indústria Felabra, com 7.150 votos e Baile no salão do parque.⁶⁰

Conclusão

Deve-se ponderar, portanto, que a imprensa sindical representa fonte indispensável para a reconstrução não apenas de uma história “vista de baixo”, mas de uma história “vista de baixo para cima”. Se o pesquisador se atém exclusiva ou predominantemente à documentação produzida pelo Estado, termina por amplificar seu poder, o alcance e a efetividade de suas políticas, desconsiderando as resistências e suas consequências na implementação, elaboração e desenho das próprias estratégias políticas dos governantes e das classes por eles representadas.

Juntamente com outras fontes, como depoimentos, atas de assembleias, dossiês da polícia política, cada uma com seu viés, a imprensa sindical nos permite perceber que a classe trabalhadora, longe de reproduzir simplesmente o discurso, a visão de mundo, os valores das autoridades e da classe dominante, os incorporava em um processo vivo de resistência, “diálogo”, “ressignificação” e, na ação e no pensamento, ia também elaborando seus próprios parâmetros. Um importante corretivo às visões da história social e política marcada pela presença dos agentes do Estado, dos partidos e das classes dominantes.

58 “Retrato de duas épocas”, *O Metalúrgico* n. 128 (jan. 1954), p. 5.

59 “Comemorado o 1º de Maio”, *O Metalúrgico* n. 120 (maio 1953), p. 11.

60 “O convescote dos metalúrgicos”, *O Metalúrgico* n. 128 (jan. 1954), p. 22.